



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 76ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e treze (31.10.2013), às nove horas e vinte minutos (09h20min), no Plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 76ª Sessão Extraordinária, sob a presidência da Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Procuradora-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Leila da Costa Vilela Magalhães, Alcir Raineri Filho, Ricardo Vicente da Silva e Elaine Marciano Pires. Constatou-se ainda as presenças do Dr. Célio Sousa Rocha, Promotor de Justiça Assessor da PGJ, do Sr. Gustavo Jacinto Ramos de Menezes, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, do Sr. José Maria Teixeira, Diretor-Geral, do Sr. João Ricardo de Araújo Silva, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, além de diversos outros servidores da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, a Presidente declarou aberta a sessão, convocada especificamente para a **Apresentação da Proposta Orçamentária do ano de 2014**. De início, tendo em vista a ausência da Secretária deste Colegiado e de seu substituto automático, nomeou-se o Dr. José Demóstenes de Abreu como Secretário *ad hoc*. Em seguida, a Dra. Vera Nilva ressaltou que o orçamento foi elaborado com base em diversas reuniões e estudos realizados pela equipe técnica da Procuradoria Geral, com a participação direta dos representantes de classe dos membros e servidores. Destacou também que a proposta visa atender ao máximo os interesses e as necessidades dos integrantes e órgãos do *parquet*. Logo após, concedeu a palavra ao Sr. João Ricardo, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, que, prontamente, deu início à apresentação da proposta orçamentária, elencando os programas e suas respectivas ações e metas financeiras. No decorrer da explanação, os Procuradores de Justiça suscitaram diversas questões, que restaram devidamente sanadas pela Presidente, pelo Diretor-Geral e pelo Chefe do Departamento de Planejamento. No tocante à ação “Implementação e Manutenção das Ações de Segurança Institucional”, o Sr. José Maria Teixeira prestou esclarecimentos no sentido de que o custo do serviço de segurança armada vem tendo aumentos substanciais, a uma média de 104% (cento e quatro por cento) ao

ano, nos últimos 5 (cinto) anos. Desse modo, a proposta para o próximo exercício é a de substituição por segurança eletrônica, a partir do mês de maio, ressaltando ainda que o atual serviço possui viés meramente patrimonial, não estando prevista a proteção pessoal dos integrantes da Instituição. Com a palavra, o Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira levantou questão acerca do *quorum* reduzido para a apreciação de matéria orçamentária, pois, a seu ver, não há na presente sessão maioria absoluta para a sua aprovação. Registrou também que a discussão sobre a segurança das Promotorias de Justiça é muito importante, visto se tratar de pedido dos próprios promotores, já que a Polícia Militar não atua neste sentido. Por fim, consignou que a estrutura da Corregedoria Geral, atualmente sob sua direção, encontra-se bastante defasada, sobretudo em relação aos sistemas informatizados, pelo que entende que deveria haver maior alocação de recursos visando ao desenvolvimento do órgão correicional. O Dr. Marco Antonio Alves Bezerra, por sua vez, registrou que há *quorum* legal para apreciar a proposta orçamentária, de acordo com o artigo 20, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº. 51/2008, porém entende a preocupação do Corregedor-Geral, em razão da relevância das questões ora debatidas. Após breve debate sobre o assunto, deu-se prosseguimento à reunião. Em relação à ação “Construção de Promotorias de Justiça”, os Drs. Vera Nilva e Clenan Renaut esclareceram que o valor de R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais), previstos para a construção da sede das Promotorias de Justiça da Capital, são oriundos do Governo Federal (fonte 4219), por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, não afetando, assim, o orçamento do *parquet*. Já na ação “Manutenção de Recursos Humanos”, o Sr. João Ricardo apontou que a proposta da Administração é de pagamento de gratificação aos membros por cumulação de cargos, no percentual de 5% (cinco por cento) do subsídio, nas hipóteses de férias, licenças e cargos vagos. E, ainda, na ação “Manutenção de Auxílios a Membros e Servidores”, as alterações propostas são de aumento do valor do Auxílio-Alimentação, de R\$ 700,00 (setecentos reais) para R\$ 800,00 (oitocentos reais), bem como a criação do Auxílio Especial, voltado aos integrantes responsáveis por pessoas com deficiência, no mesmo valor do Auxílio-Creche, já instituído. Sendo assim, o valor total da proposta orçamentária para o ano

de 2014 ficou estabelecido em R\$ 137.491.702,00 (cento e trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e um mil e setecentos e dois reais), sendo destes R\$ 132.391.702,00 (cento e trinta e dois milhões, trezentos e noventa e um mil e setecentos e dois reais) de verbas da fonte 0100, ou seja, oriundos do Tesouro Estadual, e o restante da fonte 4219, oriundos do Governo Federal, conforme já relatado. Encerrada a apresentação, o Dr. José Omar de Almeida Júnior questionou se o orçamento contempla a criação dos 12 (doze) cargos de Assessor Jurídico de Procurador de Justiça, já aprovados neste Colegiado anteriormente, no que foi informado que, para o ano vindouro, não existe esta previsão. Após amplo debate sobre o tema, oportunidade em que os demais Procuradores de Justiça reforçaram a necessidade desta medida, o Dr. José Omar propôs a suspensão da presente sessão, a fim de que a Administração realize novos estudos para viabilizar a inclusão dos cargos mencionados na proposta orçamentária, justificando a urgência em razão da elevada demanda de serviços, sobretudo após a instituição do e-Proc. Em votação, a proposta restou acolhida à unanimidade. Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e treze (01.11.2013), às quatorze horas e vinte e cinco minutos (14h25min), retomou-se a 76ª Sessão Extraordinária. Registrou-se novamente as ausências justificadas dos Drs. Leila da Costa Vilela Magalhães, Alcir Raineri Filho, Ricardo Vicente da Silva e Elaine Marciano Pires. E constatou-se as presenças do Sr. Gustavo Jacinto Ramos de Menezes, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, do Sr. José Maria Teixeira, Diretor-Geral, do Sr. João Ricardo de Araújo Silva, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, além de diversos outros servidores da Instituição. De início, a Presidente registrou que, com muito esforço, foi possível realizar as adequações cabíveis na proposta orçamentária, visando à inclusão de 12 (doze) novos cargos de Assessor Jurídico de Procurador de Justiça, símbolo DAM 7. Lembrou ainda que após a aprovação do orçamento, será necessário encaminhar projeto de lei para a criação destes cargos, além de iniciar processo licitatório para adquirir todos os móveis e equipamentos exigidos, o que certamente demandará tempo e esforço político, razão pela qual as nomeações dos novos assessores somente serão realizadas no segundo semestre do ano vindouro. Feitas estas considerações,

concedeu a palavra ao Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão para a apresentação da nova proposta orçamentária. Com a palavra, então, o Sr. João Ricardo elencou os ajustes realizados no orçamento previamente lançado, que consistiram, além da criação dos cargos de assessoria, no aumento dos recursos destinados à Corregedoria Geral, conforme solicitado pelo Dr. Clenan Renaut, e, também, nas ações de “Aparelhamento das Unidades do Ministério Público” e de “Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do Ministério Público”. Encerrada a apresentação, a proposta orçamentária para o ano de 2014 restou aprovada à unanimidade. Por fim, todos os Procuradores presentes elogiaram os esforços dos membros e servidores que colaboraram com a elaboração da proposta, pela eficácia e excelência no trabalho ora realizado. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às quatorze horas e cinquenta minutos (14h50min), do que, para constar, eu, _____, José Demóstenes de Abreu, Secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

José Omar de Almeida Júnior

José Demóstenes de Abreu

Clenan Renaut de Melo Pereira

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior